

Antero de Quental e a decadência portuguesa: contribuição sociológica e psicanalítica

Antero de Quental and the Portuguese decline: Sociological and Psychoanalytic Contribution

Flávia Rodrigues Bittencourt¹

RESUMO

Compreender a sociedade se constitui como um dos principais desafios em diferentes linhas de conhecimento. A complexidade dos temas envolvidos nas relações humanas exige certos cuidados que ultrapassam perspectivas isoladas do saber. História, sociologia e psicanálise indicam princípios essenciais na construção de um saber mais completo, portanto, algumas de suas concepções foram desenvolvidas e articuladas nesta reflexão como meio de se entender o abatimento social dos portugueses no século XIX. Antero de Quental foi um dos principais teóricos das *causas da decadência* de Portugal, sua sensibilidade e seus apontamentos frente às questões de mentalidade, de história e de sociedade fazem de seus escritos fontes adequadas para uma abordagem interdisciplinar. Ademais, o autor objetivou a modernização portuguesa ao discutir o processo de marginalização da nação, suas causas e possíveis soluções para a superação do atraso. Nesse sentido, acredita-se que o pensamento de Antero e a abordagem aqui proposta são dois fatores que se complementam.

Palavras-chave: Decadência; História; Sociedade; Psicanálise.

ABSTRACT

Understanding society is one of the main challenges in different areas of knowledge. The complexity of themes revolving around human relationships requires attention that goes beyond isolated perspectives of knowledge. History, sociology and psychoanalysis teach us essential principles in the construction of a more complete knowledge. Hence, some of these concepts were developed and articulated in this reflection as a means of understanding the social dejection of the Portuguese in the nineteenth century. Antero de Quental was one of the main theoreticians of the causes of the decline of Portugal. His sensitivity and observations on matters of mentality, history and society, made his writings adequate sources for an interdisciplinary approach to understanding the decline of Portugal. Moreover, the author focused on the Portuguese modernization, debating the process of marginalization of the nation, its causes, and also possible solutions to overcome this setback. Therefore, it is believed that Antero's thinking and the approach proposed here are two complementary factors.

Keywords: Decline; History; Sociology; Psychoanalysis.

35

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Integrante do Núcleo de Estudos Ibéricos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Dedicase à pesquisa com ênfase em História Ibérica, com enfoque no século XIX, estuda principalmente os seguintes temas: história das ideias republicanas em Portugal, geração de 1870 e intelectualidade portuguesa. E-mail flaviabitt@gmail.com.

(...) a racionalidade [dos modos de conduta de grupos socialmente construídos] e os padrões de sentimentos, a auto-imagem e a economia pulsional dos alemães, ingleses, franceses e italianos se diferenciam, de acordo com suas diferentes histórias de interdependência (...). Mas todas essas diferenças são compreensíveis exatamente porque têm, subjacentes, as mesmas regularidades humanas e sociais. As diferenças individuais dentro desses grupos (...) são meramente nuances num contexto de formas históricas muito específicas. (ELIAS, 1939/1993, p. 231-232)

Ao fazer uso da psicanálise como instrumento de pesquisa, Norbert Elias irrompeu diferentes áreas de conhecimento e as articulou numa abordagem indisciplinar um tanto inovadora. História, sociologia e a própria psicanálise representam distintos campos de saber, porém são basilares e indispensáveis para o conhecimento de uma ciência que se pretende eficaz na compreensão da sociedade em seus diversos tipos de manifestações. Nesses termos, o que Elias propôs foi um conhecimento que conseguisse vincular os fatos sociais com as ideias e pensamentos postos em sociedade (ELIAS, 1939/1993, p.234).

Por meio de tal esforço, Elias transcendeu o *homo clausus* (indivíduo isolado) de Sigmund Freud, ao aplicar a psicanálise na compreensão de

sociedades complexas, formadas por pessoas interdependentes e com conexões que impactam e influenciam o próprio sujeito (ELIAS, 1965/2000, p.41-42). Trata-se de anexar as condições psicanalíticas do sujeito às circunstâncias sociais em que ele está inserido. Fundamentado nessa linha analítica, Norbert Elias identificou, desenvolveu e utilizou princípios que se mostraram essenciais para o entendimento do coletivo. Dessa forma, a aplicabilidade de sua abordagem se mostra construtiva quando o objeto for a especificidade de uma determinada sociedade e a mentalidade social que ela apresenta. Tendo em vista tal abordagem, o letrado Antero de Quental, seguindo o modelo de Elias, pretendeu entender o sentimento de decadência que aflorou em parte dos portugueses durante o século XIX, utilizando uma perspectiva interdisciplinar em que pese concepções da psicanálise, da história e da sociologia.

Na primeira metade do *oitocentos*, Portugal vivenciou uma série de revoltas e revoluções que tencionaram a ordem vigente assente no sistema absolutista. As ideias iluministas e os ideais revolucionários

da Revolução Francesa inflaram os ânimos no país ibérico. Tradição e modernidade, conservadores e progressistas, são termos dicotômicos que refletem o respectivo século. Período este que intercalou avanços e retrocessos sociopolíticos e que levou à implantação de um liberalismo tipicamente português.

As insurreições foram acompanhadas por movimentos revolucionários que se afirmaram e se revezaram no poder político, eles ficaram conhecidos como *vintismo* (1820-1823), tendência mais radical do liberalismo; *cartismo* (1826-1828), que seguia uma linha liberal mais moderada; *setembrismo* (1836-1842), que resgatou princípios do radicalismo vintista; e o *cabralismo* (1842-1851), corrente que buscava a “ordem” retomando os ideais cartistas (SERRÃO, 1990). Entretanto, radicais ou moderados, os liberais se apropriaram do bordão *Regeneração*. Tal princípio regenerador era correlato tanto à ideia de decadência como à de esperança (SERRÃO, 1990, p.46-47). Vigorava, então, o pressuposto de salvar a nação, cada qual à sua maneira objetivava instaurar uma ordem, fosse ela contrária às tradições mais arraigadas da sociedade

portuguesa ou condizente com sua história e costumes. Assim, em 1851, foi instaurado oficialmente o governo *Regenerador*, estabelecendo a paz entre os grupos políticos por meio da alternância pacífica no poder. O maior legado desse governo foi o avanço estrutural e material do país. Convém ressaltar que, de maneira geral, as camadas menos favorecidas da sociedade, isto é, a maioria dos portugueses, não participou de forma ativa do processo que culminou na consolidação do liberalismo, os avanços progressistas foram direcionados principalmente por militares, letrados e aristocráticos.

Em 1820, a revolução militar e liberal do Porto se configurou como o ápice do ressentimento nacional, fortalecido desde a década anterior. O que se verificava em Portugal foi a crescente ausência de institucionalidade e de autoridade governativa. Os ânimos começaram a ficar exaltados em 1807, quando feita a transferência da Corte para o Brasil em decorrência das invasões napoleônicas. As medidas políticas, econômicas e de segurança nacional daí em diante mudariam radicalmente frente ao que os portugueses estavam acostumados. A perda do monopólio

político e econômico que a metrópole mantivera com o Brasil se esvaía paulatinamente. Além disso, devido à ajuda inglesa para combater a invasão francesa, o exército britânico se instalou no território português sob o comando do general William Carr Beresford.

Todavia, antes de as ideias liberais impulsionarem as sublevações, o governo monárquico conseguia assegurar relativa paz social. Apesar dos inevitáveis conflitos, constantemente presentes nas sociedades, as instituições, quando eficientes, conseguiam estabelecer a coesão social (ELIAS, 1989/1997, p.161). Além da força institucional, o Estado ainda detinha o monopólio da violência garantidor da ordem (ELIAS, 1989/1997, p. 162). Nesse sentido, a monarquia se afirmava como a responsável pela harmonia sociopolítica. Quando, porém, seu símbolo máximo, a Corte, partiu para o Brasil, as instituições e as forças armadas se encontraram a mercê da desordem e do caos. O sentimento de abandono tomou conta das consciências, não sendo mero acaso os militares protagonizarem a revolução de 1820, afrontando o absolutismo com a Constituição liberal de 1822. A

inclinação para a revolta se acentuava enquanto as instituições desmoronavam para serem reerguidas em forma de regime constitucional.

Não é de se admirar que o sentimento de decadência e de desmembramento do império tenham se manifestado em formas de sublevações para assim retomar a ordem e a grandeza nacional, mesmo que isso se concretizasse por meio de reformas institucionais. Os avanços e retrocessos das medidas liberais que se sucederam a partir de 1820 até meados do século representam a complexidade da mudança necessária.

Nesse ínterim, principalmente quando as forças conservadoras se sobressaíam, era possível identificar a busca pela repetição na medida em que havia o intuito de restaurar um estado anterior. Sendo assim, historicamente os homens adquirem o que Freud chamou de *instinto à restauração*, isso significa dizer que por definição temos uma natureza conservadora que zela por um estado antecedente que foi abandonado por situações externas (FREUD, 1920/2010, p.147-148). Em contrapartida, já que tendemos à conservação/restauração, o desenvolvimento provém de condicionantes alheias às condições

corriqueiras, dado que as percepções das situações exteriores são acolhidas pelo instinto conservador. Este, por sua vez, visa à preservação. Portanto, as mudanças que são adaptadas para a conservação podem gerar uma falsa ideia de progresso que não é genuína ao homem (FREUD, 1920/2010, p.149).

Radicais, moderados e conservadores, cada qual a seu modo, buscavam através do subsídio que a história portuguesa lhes fornecia manter ou instituir novamente uma sociedade coerente, objetivavam tirar Portugal da crise política, econômica e social que havia se instaurado. Estava claro que a situação não era mais a mesma e que as novas condições exigiam novas medidas, mas estas mudanças visavam à preservação do povo português. Sendo assim, talvez seja seguro afirmar que o progresso derivado do liberalismo foi consequência da adequação à nova ordem imposta, mas não necessariamente um projeto político progressista em sua origem.

Interessante notar que, mesmo na segunda metade do século, quando instituído o governo *Regenerador*, a ideia de declínio ainda se fazia presente, principalmente no debate

proposto pela intelectualidade. Esse sentimento que perpassou gerações pode ser elucidado pela seguinte concepção: por ser a sociedade em suas diversas interpretações composta por sujeitos, as estruturas e as relações psíquicas próprias dos indivíduos podem ser aplicadas na relação sujeito/sociedade já que esta é composta por aquele. A isso, acrescenta-se o *ideal do eu* quando em sociedade se qualifica como *ideal de nós*. Essa percepção fica ainda mais clara quando se observa nações que antes foram poderosas, mas que sofreram um declínio:

(...). Seus membros podem sofrer durante séculos, porque o ideal do nós (...) moldado numa auto-imagem idealizada dos tempos de grandeza, permanece por muitas gerações como um modelo ao qual eles crêem dever conformar-se (ELIAS, 1965/2000, p. 43).

Em virtude disso, entende-se que o sentimento de decadência, termo recorrente para justificar a mudança, mesmo após o estabelecimento da paz pela *Regeneração*, continuaria assombrando alguns setores da sociedade que estavam insatisfeitos com os rumos do país, como foi o caso da Geração de 1870. Apesar dos avanços proporcionados pela nova

condição econômica e política, a questão do declínio da nação esteve vigente desde o início do século e permanecia como argumento para segmentos progressistas. Alguns letrados da geração *setentista* afirmavam que o país precisava aprimorar as políticas de desenvolvimento social, valorizando, assim, o ideal de igualdade. Esses jovens engajados e vanguardistas organizaram, em 1871, as Conferências Democráticas do Casino, nelas foram debatidas questões que poderiam elevar a consciência pública sobre os acontecimentos nacionais e internacionais.

E foi Antero de Quental, um dos principais mentores da geração, quem proferiu a conferência intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Para Antero, a revolução, mais do que material, tinha que ocorrer nas consciências. Sendo assim, o princípio revolucionário era pautado na moralidade, sendo seu diagnóstico sobre o declínio português a deterioração das qualidades da civilização e da cultura (PIRES, 1992, p.17-18). Foi justamente sublinhando a dificuldade em contrapor a força da história e da tradição que Antero abriu sua conferência: “Há em nós todos

uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta ainda absolvê-lo” (QUENTAL, 1871/1979, p.140).

Para fazer frente à mentalidade tradicional e consolidada, o letrado identificou e analisou três fenômenos capitais que, em sua leitura, promoveram a decadência. A natureza desses fatores era moral, política e econômica. Respectivamente, esses fenômenos correspondiam à transformação do cristianismo em instituição pelo Concílio de Trento (1545), que regularizou o dogmatismo católico em reação à Reforma Protestante; a deterioração da política era atribuída ao modelo absolutista que suprimiu as liberdades locais ao empregar a centralização; e, por fim, as conquistas ultramarinas que estagnaram o desenvolvimento econômico quando inibiu o desenvolvimento da força de produção baseada no trabalho e na indústria (QUENTAL, 1871/1979, p.149).

Para chegar nessa “autoanálise crítica e nacional”, Antero comparou as circunstâncias históricas de Portugal com as condições das demais potências europeias. Segundo o autor, nações como a Inglaterra saíram na

vanguarda da civilização. Em algumas dessas potências, o letrado afirmava a existência de

(...) *liberdade moral*, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus: a classe média, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governando: a indústria, finalmente, é o oposto do espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio. (QUENTAL, 1871/1979, p. 150)

Se no caso alemão, durante o século XIX, analisado por Norbert Elias, a unificação significava se equiparar à categoria das grandes potências, o que transformou o sentimento nacional de inferioridade em sentimento de grandeza (ELIAS, 1989/1997, p.165), no caso português, o sentimento de inferioridade provinha da constatação do atraso. A equiparação às demais potências só seria conquistada pela elevação moral e pelo triunfo da modernização. Dito isso, pode-se supor que sentimentos de inferioridade quando afloram, mesmo em suas diversas faces, podem implicar uma comoção em nível nacional, um potencial instrumento de ruptura e de projeção do futuro que

não esteja necessariamente planejado, mas que deriva desses abalos conjunturais. Assim foi o caso alemão e o caso português. No primeiro, Elias encontrou a resposta para a ascensão do fascismo, no segundo, apesar de ter sido um processo secular, Portugal passou do regime absolutista ao sistema constitucional para, enfim, chegar ao regime republicano em 1910.

Essa observação comparativa se fundamenta na medida em que o comportamento humano depende de um lugar e de uma época. Nesses termos, o que é comum nas diferenças sociais são as concepções de longa duração (ELIAS, 1969/2001, p.109). Sendo assim, apesar das diferenças que compõem a coletividade, é possível identificar um denominador comum que atribui sentido à coesão social. Para tanto, pode-se averiguar um fenômeno de longa duração analisado por Antero, a saber, a Igreja.

Uma das peculiaridades do quadro social português diz respeito à ausência de uma classe burguesa forte o suficiente para confrontar o sistema aristocrático e absolutista. Antero, ao analisar tal sistema, acusava a ordem aristocrática de se opor ao progresso da classe média, impedindo o

desenvolvimento da burguesia que, segundo suas concepções, era a “classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio”. Para ele, esse tipo de governo fez do povo inerte e acostumado a servir (QUENTAL, 1871/1979, p.162).

Isso não implicava, porém, a inexistência de tensões sociais, elas eram averiguadas na prática da exploração social e na supremacia cultural do grupo que detinha o poder político e econômico. Tanto era assim que Antero demonstrou acentuada sensibilidade ao analisar tais contradições. Todavia, a estrutura a qual se referia o letrado implicava uma conotação coesa, de paz social. Em contrapartida, a coesão social numa sociedade de Corte é melhor consolidada do que numa sociedade burguesa, pois naquela os fundamentos que determinam a existência do sujeito em sociedade são mais inflexíveis, ou seja, a segregação e a função sociais são melhores inscritas (ELIAS, 1969/2001, p.111).

Nesses termos, a ordem das coisas possuía um fundamento particular. O dogmatismo religioso aparece no diagnóstico da decadência de Antero como um fenômeno de

mentalidade que se radicou nas instituições, tanto no âmbito político como no econômico e no social:

(...) a educação jesuítica faz das classes elevadas máquinas inteligentes (...); do povo, fanáticos corruptos e cruéis (...) o ideal (...) é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis(...). **Tal é uma das causas, se não a principal, da decadência dos povos peninsulares.** Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos pontos mais essenciais da vida moral, no crer, no sentir – no ser (...). Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e como ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento (QUENTAL, 1871/1979, pp.159-160, grifo nosso).

Antero afirmava a influência religiosa em todas as esferas sociais, acusando, inclusive, o sistema absolutista de traidor ao servir mais aos interesses romanos e católicos do que aos interesses populares e nacionais (QUENTAL, 1871/1979, p.159). Apesar de o letrado ter sido direto e preciso, é possível notar que, mesmo em detrimento de uma perspectiva de decadência, ele tenha conseguido identificar a amplitude e coerência social dada pela Igreja, embora não se apropriasse de uma abordagem psicanalítica.

São diversos os fatores que fortalecem a coerência nacional ou de grupo. O processo psíquico do sujeito envolve uma série de identificações. A diversidade do ambiente social é um meio propício para que elas se afluem. Sendo assim, de forma simultânea, o sujeito pode se identificar com vários grupos componentes, como raça, classe, comunidade de fé e nacionalidade (FREUD, 1921/2011, p.72). No que se refere à aristocracia e aos populares, a religião contribuiu para que ambas as partes compartilhassem um coeso sentimento de fé, que se refletia em nível nacional e nas instituições.

Posto isso e considerando que os hábitos e a mentalidade nacional decorrem do processo particular em que cada Estado se forjou, estando os sujeitos a ele submetidos (ELIAS, 1989/1997, p.16), e que, na sociedade, esse sujeito se insere em diferentes grupos, essa diferenciação posta numa escala de sujeito → grupo → sociedade encontra a coerência nas instituições que asseguram características comuns frente às diferenças sociais (ELIAS, 1989/1997, p.28-29).

Isso se torna relevante na medida em que o governo monárquico

e, por sua vez, a administração pública estavam regidos pela lógica do catolicismo. O fenômeno da passividade apontado por Antero, que aqui é entendido como coesão social, pode ser relacionado ao que Freud chamou de *instinto gregário*. Este instinto faz dos impulsos individuais algo fraco e dependente em relação à uniformidade da comunidade. Além disso, faz ainda com que a originalidade e a coragem individuais se minimizem em comparação a alma da sociedade. Caso um comportamento excêntrico venha se manifestar, o sujeito pode encontrar preconceitos de classe, ser julgado pela opinião pública etc. (FREUD, 1921/2011, p.60-63).

A intensidade desse processo se torna mais eficaz quando, além do líder, uma determinada tendência social for compartilhada, aceita e exercida pelos demais membros da coletividade. Nesse sentido, e se tratando de instinto, contradizer a opinião da comunidade equivale à segregação que deriva em sentimentos como de culpa e de dever. Todavia, convém destacar que esses sentimentos são desenvolvidos em prol de uma relação de igualdade (não aquela racionalizada como pretendia Antero) frente a uma autoridade ou

líder, garantindo, assim, um tratamento igual para todos, pois “[...] quando não se pode ser o favorito, então nenhum dos outros deve ser favorecido” (FREUD, 1921/2011, p.63).

À guisa de fundamentar suas ponderações, Freud igualmente utilizou a Igreja como exemplo: “[o] pressuposto [da igreja] é que todos sejam amados igualmente por uma pessoa, o líder. Os indivíduos todos devem ser iguais entre si, mas todos querem ser dominados por um só” (FREUD, 1921/2011, p. 65). Subentende-se, então, que dois eram os fatores que contribuíram para que a população permanecesse no estado da passividade. O primeiro foi o sentimento de igualdade originário dos pressupostos religiosos, o segundo foi a tendência em se buscar e seguir um líder que, por sua vez, adotava o dogmatismo eclesiástico.

As revoluções liberais se aproximavam mais da teoria do que da realidade social do povo português. Na teoria liberal, conforme foi concebida, a adesão das camadas populares ao Estado era entendida como intratável. Entendia-se que a forma como a política estava sendo pensada não era compatível com as condições do povo que não conseguiria compreendê-la

por causa do analfabetismo e por seu apego às tradições. Entretanto, pelo exercício do contato permanente, o clero era a organização que mais se aproximava da realidade popular. Entrementes, o liberalismo se constituiu como anticlerical e o resultado foi um clero declaradamente avesso aos princípios liberalizantes, declarando a revolução inimiga do trono e do altar (SARAIVA, 1996, p. 279).²

Ao que tudo indica, ao menos no que se refere ao apego dos populares às tradições religiosas, Antero compartilhava a concepção dos liberais de caracterizar os portugueses como “intolerantes e fanáticos”. Mais ainda, identificava no povo português essa necessidade da figura de liderança e de serem governados ou mesmo, em comparação com a concepção de Freud, dominados.

se o poder absoluto da monarquia acabou, persiste a inércia política das populações, a necessidade (e o gosto talvez) de que as governem, persistem a centralização e o militarismo, que anulam, que reduzem ao absurdo as liberdades constitucionais. (QUENTAL, 1871/1979, p.169).

Para Antero, portanto, de nada adiantaria transcender do absolutismo

² Parte do ressentimento das ordens religiosas proveio do crescente confisco de suas propriedades pela política liberal.

à monarquia constitucional se a mentalidade social permanecia a mesma, mas esse quadro das mentalidades dificilmente seria impactado em curto prazo. Como bem observou o letrado, as revoluções do início do século não serviram de subsídio para mudar a consciência da população, pois a consciência do povo estava de acordo com os princípios de igualdade pregado pela Igreja. Daí se entende o esforço dos jovens da geração de 1870 ao convocarem o debate público. A mudança realmente revolucionária teria que partir da autocrítica que elevaria as consciências.

Esse processo que pode ser elucidado pela psicanálise e que foi refletido por Antero (embora com outra perspectiva analítica) relacionava-se intrinsecamente aos fenômenos de longa duração. Mas, em princípio, pode-se supor que também o letrado era passível de sofrer as consequências de uma cultura secular como era a de Portugal, pois, apesar de em suas ponderações haver uma acentuada crítica ao tradicionalismo, Antero recorria ao exemplo da organização social medieval, como a liberdade local, para superar o atraso nacional. A tentativa de resgatar

historicamente no medievo o argumento necessário para a modernização contemporânea não deixava de ser uma espécie de procura do objeto perdido. Em contrapartida, essa concepção de se resgatar os princípios medievais estava sendo problematizada e defendida desde o início do século XIX, sendo um de seus principais teóricos o também letrado Alexandre Herculano que, impactando a geração sucessora, influenciou o pensamento de Antero sobre as *Causas da Decadência*.

Nota-se, então, a nostalgia histórica e a importância da cultura no campo das ideias. Diferenças sobre as soluções para modernizar o país à parte, o sentimento de recuperação da nação se fazia presente, e, no exercício de recuperá-la, eram invocados também o sentimento de perda. Para Antero, perdeu-se a liberdade local do período medieval que cedeu aos ditames da centralização, pois, com o absolutismo, os povos não são mais do que “patrimônio providencial dos reis”. Sobressaiu-se, então, a aristocracia, que afastou-se do povo cada vez mais em prol de seus interesses, “como um embaraçoso

corpo social”,³ e acrescenta: “Por isso decaí também a vida econômica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comércio, deperecem uma por uma as indústrias nacionais” (QUENTAL, 1871/1979, p.145-146). Em sua concepção, era a morte moral que ascendia na sociedade, pois:

pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria chega-se fatalmente à depravação dos costumes. (...). Nos grandes, a corrupção faustosa da vida de corte, (...). Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos. (QUENTAL, 1871/1979, p.147-148)

Os aspectos culturais e os costumes são essenciais para a junção de indivíduos isolados em povos, porém, à cultura se opõe o instinto natural de agressão dos homens (FREUD, 1930/2010, p.57-58).⁴ Dicotômica e concomitantemente são dois fenômenos que se manifestam nas relações sociais. E Antero de Quental conseguiu enxergá-los ao, primeiramente, vangloriar a cultura portuguesa da Idade Média para, em seguida, apresentar a sua deterioração moral expressada pela supremacia de

³ Como mencionado acima, aqui transparece mais uma vez a concepção de Elias sobre como em uma sociedade de Corte a segregação social poderia ser mais acentuada.

⁴ Freud identificou a cultura e a agressão como instinto de vida e instinto de morte.

classe. Mas, para tanto, o letrado não precisaria ir tão a fundo na temporalidade histórica, o século XIX lhe dava respaldo suficiente para comprovar tais afirmações.

O processo de civilização pode ter condicionado à monopolização da violência física pelo Estado, mas devido às implicações do uso de poder social e político, foram encontrados novos meios legítimos de violência como, por exemplo, a exploração do outro ao invés de matá-lo quando subjugado (FREUD, 1932/2010, p.239). Um dos meios de exploração socioeconômica que se desenvolveu em Portugal no *oitocentos* contou com a política liberal de desenvolvimento material do país, o que favoreceu o comércio e a produção, intensificou o investimento nas vias de comunicação e de transporte e aumentou o cultivo de terras baldias e a repartição de terras comunais dentro do setor privado, medida garantida por lei após o Código Civil de 1867.

Por isso, quem não fosse proprietário passou a viver numa situação delicada, pois, antes da individualização das terras, o sujeito poderia usufruir e atender suas necessidades básicas com as terras comunais, minimizando, assim, a

necessidade de compra de mercadorias essenciais. Esse processo desencadeou e intensificou o distanciamento entre as classes, contrapondo à miséria crescente uma burguesia agrária que ostentava cada vez mais (SARAIVA, 1996, p.315-316). Nesses termos, refletindo sobre o sentido das revoluções burguesas, Antero afirmava que, após as primeiras conquistas liberais, essa classe se estagnou devido aos seus próprios princípios que tendiam a conservar os privilégios conquistados por meio de uma revolução incompleta e que culminou numa “aristocracia do dinheiro e da propriedade”. A revolução burguesa se limitou por servir a humanidade apenas nesses interesses; quando estes foram satisfeitos, a burguesia esgotou seu pensamento e sua vontade (QUENTAL, 1872/1982, p.354).

Estas afirmações corroboram as concepções freudianas no que se refere às formas legítimas de violência que evoluem. Inclusive, um desses meios evoluídos é o *Direito*, fruto do poder que Freud entendia como uma forma de violência (FREUD, 2010, p. 238). Esse tipo de interesse de classe apontada por Antero e os privilégios ligados à questão agrária transparecem como uma relação de vencedor e

vencido. Nesse cruzamento de forças, o emprego físico da violência foi dando lugar a outros instrumentos de dominação. Com isso, “[...] a intenção de matar talvez se oponha a reflexão de que o inimigo pode ser empregado em serviços úteis, quando é deixado com vida e amedrontado. Então a violência se limita a subjugar-lo” (FREUD, 1932/2010, p.239).

Nesse caso, para além dos privilégios ligados a terra, empregar o sujeito subjugado em exercícios úteis significava, para Antero, o exercício nas relações de trabalho e de produção. Em sua perspectiva, a sociedade era dividida entre os que produzem e os que monopolizam os instrumentos de trabalho, uma relação desigual de vencedores e vencidos na medida em a

(...) *concorrência* e o *salário* põem o trabalho à mercê do capital: e este, sentindo-se forte, extrai do trabalhador tudo quanto ele produz, deixando-lhe apenas o suficiente para não morrer, isto é, para poder continuar a trabalhar! (QUENTAL, 1871/1982, p. 333)

Ou seja, sendo o produto uma consequência do esforço do trabalhador, nada mais justo do que ele se apropriar de sua produção, caso contrário se configuraria como roubo.

Por meio das causas da decadência e por esses apontamentos

sobre as contradições da sociedade burguesa, Antero de Quental pôde diagnosticar a sociedade em que estava inserido. Para ele, o produto das revoluções liberais se resumia em falsas condições sociais que correspondiam ao fator mais nocivo, o abatimento e prostração do espírito nacional. Segundo o letrado, as causas da decadência poderiam ter cessado em grande parte, mas seus efeitos morais persistiam em forma de incerteza, desânimo e mal-estar da sociedade (QUENTAL, 1871/1979, p.168).

O abatimento e a inércia social também podem ser relacionados ao medo da sociedade em se rebelar, o que Freud chamou de *medo social*. Nesse sentido, as noções de “bem” ou de “mal” não são genuínas ao homem, elas são construídas por influências externas. O sujeito acaba se submetendo a essas noções por conta das relações de dependência e por medo do desamparo e da desproteção (FREUD, 1930/2010, p.59-60). Ora, o próprio Antero observou que ao trabalhador era dado o suficiente para não morrer de fome, além do fato, como já explicitado acima, do sentimento de igualdade religiosa ser fortemente enraizado nas consciências,

o que dificultava posturas dissidentes, daí se entende as relações de dependência, o medo, o desamparo e a inércia da população que tanto incomodavam o letrado. As relações sociais, a Igreja e o Estado canalizavam os sentimentos e o modo de vida da população.

Ademais, a maneira como Antero interpretou o mal-estar social poderia, em certo sentido, encontrar um complemento se fossem consideradas algumas concepções psicanalíticas. Por natureza, os seres vivos tendem à repetição e, por isso, buscam sempre voltar ao seu estado de origem, ao passo que os fatores evolutivos são de natureza externa em relação aos instintos. Diante disso, o instinto de regressão tem que se confrontar com elementos exteriores, embora isso não o impossibilite de usufruir de uma vivência primária de satisfação dada pela busca da repetição. O progresso na vida dos seres decorre, portanto, da diferença entre o prazer de satisfação possível e o exigido pelo sujeito. Assim, a ideia de que existe um instinto de aperfeiçoamento ou de progresso acaba por ser refutada (FREUD, 1920/2010, p.153).

Norbert Elias reafirmou tal concepção quando observou que as grandes potências têm dificuldades em aceitar a realidade quando a questão envolve a perda de sua superioridade. Segundo o autor, esses povos podem levar séculos para aceitarem o declínio e isso pode fazer com que pessoas se comportem como se ainda mantivessem a posição anterior. Quando a realidade os confronta, a consequência é apresentarem sinais de depressão (ELIAS, 1989/1997, p.18).

Se considerar a história de Portugal no século XIX em retrospectiva, ela acaba por fazer jus às afirmações tanto de Freud como de Elias. A necessidade de retroceder se manifestava implícita e explicitamente quando as Cortes exigiram a volta de D. João VI, pois o orgulho metropolitano havia se esvaído conforme o Brasil adquiria autonomia econômica e servia de residência para a Corte. O orgulho nacional reagiu a isso, pois estava perdendo seu prestígio econômico e político, ou seja, a situação de glória e de supremacia que Portugal manteve durante séculos. Com isso, o progresso em sua forma liberal acabou por ser um resultado dessa tensão entre o instinto de repetição e as condições externas.

A dificuldade em aceitar a realidade estava posta em avanços e retrocessos que perduraram principalmente durante a primeira metade do século. Mas, mesmo com a estabilidade política, o sentimento de decadência persistia, Antero e os jovens de sua geração são provas disso. Além do mais, o próprio Antero observou a mal-estar geral que abatia os portugueses, sendo ele mesmo “vítima” desse pessimismo quando, em 1891, cometeu suicídio.

Apesar de não ter contado com o embasamento psicanalítico, Antero de Quental, por meio de seu esforço e de sua sensibilidade reflexiva para entender a sociedade, apontou uma série de elementos culturais, políticos e econômicos que servem de subsídio, que se articulam e que dialogam, mesmo não sendo de forma intencional, com a psicanálise, com a história e com a sociologia. O letrado entendeu de forma profunda a dinâmica da mentalidade social, tanto que defendia uma revolução moral, de elevação das consciências. Sua luta pela igualdade se apegava ao socialismo científico, com tal espírito a mudança teria que ocorrer no plano das ideias, o objetivo estava em discutir e não em combater. O

elemento principal era reconhecer a “fatalidade social” através da crítica que garantiria o progresso em forma de igualdade, “porque progredir não era cortar voluntariosamente o passado, mas compreendê-lo e ultrapassá-lo através dessa compreensão” (RAMOS, 1992, p. 518).

Sendo assim, mesmo com o sentimento de decadência, Antero se mostrava otimista ao afirmar que o momento era de “crítica positiva e de desenganos revolucionários, os profetas e reformadores vão sendo substituídos, nas preferências da opinião, pelos homens de ciência e pelos críticos” (RAMOS, 1992, p.517-518).

Interessante notar que, ao validar uma revolução que integrasse a consciência social e que garantisse a mudança por meios escolares e pacíficos - contrária aos ditames de líderes isolados e da Igreja, para assim garantir o progresso, tirar Portugal do atraso e estabelecer uma nova coesão social -, Antero se aproximava de uma concepção que Freud defenderia posteriormente. Similarmente, Sigmund Freud, tentando responder as razões e refletindo sobre as causas da guerra, sentenciou da seguinte maneira

como poderia ser solucionado o problema das guerras entre os homens:

(...) talvez se possa acrescentar que deveria haver mais cuidado do que antes em educar uma camada superior de indivíduos de pensamento autônomo, refratários à intimidação e buscadores da verdade, aos quais caberia a direção das massas subordinadas. Não é preciso fatizar que a extrapolação dos poderes do Estado e a proibição do pensamento pela Igreja não são favoráveis à criação dessa camada. (FREUD, 1932/2010, p.247)

Não era, pois, contra a Igreja e o Estado que Antero de Quental se posicionava? As observações de Freud aqui são remetidas ao papel desempenhado por Antero por meio de duas perspectivas. Primeiro, o posicionamento do letrado correspondia às afirmações de Freud pelo fato de ter sido ele um intelectual de vanguarda e que buscava esclarecer as massas. Segundo, porque as próprias ideias de Antero de Quental, principalmente as que ele desenvolveu em sua conferência sobre as causas da decadência em relação ao Estado e à Igreja, tentando esclarecer à opinião pública, aproximavam-se da intensão de Freud quando este afirmou que o fortalecimento do intelecto poderia restringir a tendência e o instinto de agressividade (FREUD, 1932/2010, p. 249). Apesar das respectivas

diferenças, é notável como ambos compartilhavam princípios muito similares para a melhoria das relações humanas.

Com base no exposto, pode-se concluir que existem princípios que ajudam a aperfeiçoar noções analíticas e que transpassam áreas de conhecimentos ao servirem como articuladores e contribuem, assim, com a elaboração de estudos que amplifiquem conhecimentos para além de campos restritos do saber. Assim o fez Norbert Elias ao explorar e aperfeiçoar a psicanálise e a sociologia quando utilizou a primeira para compreender a sociedade. Sua contribuição, porém, foi além, impactou, inclusive, a abordagem historiográfica, contribuição que Elias estava ciente quando afirmou:

(...) a historiografia entra na fase em que não deve satisfazer-se com a coleta de mais fatos particulares e com a descrição dos já reunidos, mas precisa interessar-se pelos problemas que **facilitem a penetração nas regularidades subjacentes**, através das quais as

pessoas em certas sociedades são obrigadas a **reproduzir uma vez após outra determinados padrões** de conduta e cadeias funcionais específicas (...) e através das quais essas relações e instituições mudam numa direção muito específica. (ELIAS, 1939/1993, p. 239, grifo nosso)

Houve, portanto, o esforço dessa reflexão para se apropriar de princípios e conceitos de diferentes frentes de conhecimento e, assim, compreender as “regularidades subjacentes” que também estavam presentes na sociedade portuguesa. Por meio dos “padrões” apontados por Norbert Elias e por Sigmund Freud, foi possível elucidar as ponderações e o sentimento de decadência vividos pela sociedade e problematizados por Antero de Quental. Historicamente, a decadência se constituiu em um tema que marcou os desdobramentos históricos e a mentalidade dos portugueses e que remete a padrões de conduta próprios do campo da psicanálise, por isso a importância de se utilizar uma abordagem interdisciplinar.

Referências

ELIAS, N. (1939) **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. II, 1993.

_____. (1965) **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. (1969) **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. (1989) **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FREUD, S. (1920) Além do Princípio do Prazer. **História de uma neurose infantil (“O homem dos Lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1921) Psicologia das massas e análise do eu (1921). **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1930) O Mal-Estar na Civilização. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1932) Por que a guerra? (carta a Einstein, 1932). **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PIRES, A. M. O Conceito de Decadência. **A ideia de decadência na geração de 70**. Lisboa: Vega, 1992.

QUENTAL, A. (1871) Causas da decadência dos povos peninsulares. In: SERRÃO, J. **Liberalismo, socialismo e republicanismo**. Lisboa: livros Horizonte, 1979.

_____. (1871) O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). In: SERRÃO, J. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. (1872) O pensamento social. In: SERRÃO, J. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

RAMOS, R. (1992) A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). **Análise Social**. v. XXVII. Lisboa. p. 483-528.

SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal**. Mira-Sintra: Europa-América, 1996.

SERRÃO, J. **Da “Regeneração” à República**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 28/04/2019

Aprovado em 25/06/2019